

Da revolução socialista à gestão do estado capitalista: os caminhos da esquerda brasileira perseguida pela ditadura civil-militar¹

*Antonio de Almeida*²

Resumo: O objetivo principal deste artigo é compreender até que ponto as experiências vivenciadas pela esquerda brasileira, perseguida pela ditadura civil-militar, dentro e fora do País, na clandestinidade ou no exílio, influenciaram suas opções de vida na definição dos caminhos para reinserção na sociedade brasileira e no engajamento em projetos para o Brasil. A problemática aqui levantada procura compreender, também, se essas mudanças, quando ocorreram, significaram rupturas com as antigas propostas de emancipação dos trabalhadores, ou, pelo contrário, expressaram amadurecimento político, possibilitando releituras em termos de concepções que abriram novos horizontes de ação para alcançar tais objetivos.

Palavras-chave: Esquerda. Exílio. Ideologia.

Abstract: The main objective of this article and understand until that point the experiences lived by brazilian left, chased by the dictatorship civil-military, inside and outside the country, in clandestinity or in exile, influenced her life choices in the definition of paths for reintegration in brazilian society and the engagement in projects for Brazil. The problem raised here seeks to understand, also, if these changes, when they occurred, signified ruptures with the old proposals for the emancipation of the workers, or, on the contrary, they expressed their political maturity, allowing readings in terms of concepts that have opened up new horizons to reach these objectives.

Keywords: Left. Exile. Ideology.

¹ Uma versão resumida deste artigo foi apresentada no “VI Simpósio Internacional de História Culturas e Identidades”, realizado entre os dias 28 de outubro a 1º de novembro de 2013, na Universidade Federal de Goiás.

² Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, professor titular do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia.

A esquerda brasileira e o ideal emancipatório na década de 1960

Apesar das dificuldades para aferir com precisão a multiplicidade de correntes de pensamento da esquerda brasileira, existentes no País nos efervescentes anos iniciais da década de 1960, os documentos disponíveis e os estudos dos pesquisadores³ dessa temática possibilitam identificar, ao menos as mais significativas. Entre os estudiosos do assunto, tornou-se lugar comum destacar as agremiações mais conhecidas, seja em termos de representatividade social ou de estrutura organizativa, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e setores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), neste último caso, com atenção especial para os personagens João Goulart e Leonel Brizola. Outras tendências (dissidências das anteriormente citadas ou aquelas que optaram por uma organização não institucionalizada), embora com menor grau de expressividade política, muitas, também, continham potencial para se fazer notar no acalorado debate daquele período. Dentre elas, são exemplos, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), Ação Libertadora Nacional (ALN), Partido

Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Comunista Revolucionário (PCR), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Partido Operário Comunista (POC), Comando de Libertação Nacional (COLINA), Ação Popular (AP), Ação Popular-Marxista Leninista (AP-ML), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

Os conteúdos programáticos dessas correntes de pensamento variavam de acordo com suas concepções teóricas e ideológicas, filiações internacionais ou alianças e coligações internas. A POLOP, por exemplo, advogava a tese sobre a necessidade histórica de o proletariado brasileiro assumir a vanguarda das reformas sociais, mas, para isso, seria necessário “*derrotar a política de colaboração de classes, preconizada pelos reformistas e nacionalistas*”.⁴ Como prevalecia a leitura de que “a luta pelo socialismo deixara de ser um objetivo longínquo e se tornava uma questão imediata”⁵, bastava convencer os demais comunistas e revolucionários do País a abraçarem as leituras e alternativas corretas e incutir a consciência de classe no proletariado que “a situação e as perspectivas neste país se modificarão rápida e radicalmente”.⁶

Os integrantes do Partido Comunista do Brasil, por sua vez, acredita-

³ Para um levantamento dos partidos ou tendências políticas de esquerda que tiveram atuação no Brasil na década de 1960, ver, entre outros: REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990; GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1987, 3ª ed.; RIDENTE, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP, 1993.

⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 34.

⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão, op. cit., p. 35.

⁶ Cf. “Revisionismo, economismo, reboquismo, in: Movimento Socialista, s/d, p. 9. Apud REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, op. cit., p. 36.

vam que as dificuldades enfrentadas no País e, por conseguinte, os principais entraves que inviabilizavam o progresso da nação estavam associados à espoliação praticada pelo “imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria de grandes capitalistas”.⁷ Daí, a dedução lógica, expressa no Manifesto do Partido, de 1962, de que “os destinos do Brasil e a vida do seu povo não podem continuar nas mãos de um reduzido grupo de banqueiros, fazendeiros e grandes industriais nacionais e de miliardários norte-americanos”.⁸ Ao explicitar claramente que o P C do B “se orienta pelo marxismo-leninismo e que objetiva o socialismo e o comunismo”, o Manifesto considera que, “na presente situação, a principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um governo revolucionário”. Essa posição ajuda a compreender o porquê do chamamento para

a instauração de um novo regime, antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas,⁹

Afastando “do poder as atuais classes dominantes” e instalando em seu lugar “um governo popular revolucionário”.¹⁰ Como, para os integrantes do P C do B, “as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução [...] as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos”.¹¹ Para isso, tornava-se necessária a unidade da população que, “sob a direção da classe operária, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro”.¹²

Até mesmo o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que desde o final dos anos 1940 assumira a tese da transformação pacífica e que, durante o governo Goulart, atuou no sentido da construção de uma Frente Única envolvendo a classe operária, camponeses e até mesmo setores da burguesia, acreditava que “somente o proletariado, sob a direção do seu Partido, seria capaz de **levar até o fim** a revolução nacional e democrática”. Por isso, não descartava a possibilidade de um enfrentamento mais agudo, procurando “deixar claro que o caminho pacífico não se associava à passividade”.¹³ Além do mais, as alas internas do Partido descontentes com as orientações do Comitê Central eram ainda mais contundentes, colocando em primeiro plano a defesa da luta

⁷ Conforme: Partido Comunista do Brasil. “*Manifesto Programa*”. Documento aprovado na 5ª Conferência, Extraordinária, do Partido Comunista do Brasil, fevereiro de 1962, p. 2. Disponível em: <<http://grabois.org.br/portal>>, acesso em 06 de ag. 2012.

⁸ Partido Comunista do Brasil, op. cit., p. 06.

⁹ Partido Comunista do Brasil, op. cit., p. 06-07

¹⁰ Partido Comunista do Brasil, op. cit., p. 06-07.

¹¹ Partido Comunista do Brasil, op. cit., p. 09

¹² Partido Comunista do Brasil, op. cit., p. 10

¹³ REIS FILHO, Daniel Aarão, op. cit., p. 25.

armada. Esta, por exemplo, foi a posição assumida pelo Comitê Estadual do PCB do Rio Grande do Sul, para onde se deslocou Jacob Gorender, no início de 1965. Na condição de liderança do Partido, designado pela direção nacional para atuar naquele estado, Gorender e outros militantes que ali atuavam, aprovaram uma resolução política que, além de marcar as diferenças com o que consideravam “concepções golpistas que prevalece em certos setores da frente única”, assumia claramente a defesa da luta armada. Para eles,

a luta armada revolucionária deve estar vinculada a todas as formas de luta de massas [...]. A preparação da luta armada exige acumulação de forças e esta precisa se realizar através de todas as formas de luta de massas, inclusive as formais e legais [...]. Por sua vez, o movimento de massas, ao entrar em choques mais sérios com a reação, não deverá deixar-se surpreender, nos momentos decisivos, sem o apoio de um movimento armado [...]. Para triunfar na luta pelo Poder, o movimento de massas carece, por conseguinte, do apoio armado, ao passo que a luta armada revolucionária só é viável com apoio no movimento de massas.¹⁴

No caso de Leonel Brizola, embora pertencesse ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), portanto, sem nenhuma vinculação direta com os grupos ou correntes revolucionários, a sua firme atuação pelas reformas sociais, durante

o governo de João Goulart, e o importante papel desempenhado na defesa da constitucionalidade, se contrapondo à conspiração golpista de direita, credenciaram-no como liderança perante os setores progressistas. Essa posição se tornaria ainda mais clara, quando, mesmo estando no exílio, ele organizou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) com claros objetivos de promover ações de guerrilha contra o regime ditatorial.

Nesse ambiente de muita efervescência política, a esquerda brasileira adentrou a década de 1960 confiante sobre a possibilidade concreta de promover, no Brasil, uma transformação de caráter radical. Essas variadas correntes de pensamento, quase todas fundamentadas em leituras teóricas e concepções ideológicas de variações da ortodoxia marxista, mesmo divergindo entre si sobre táticas e estratégicas a serem adotadas, avaliavam a conjuntura dos anos 1960 como período pré-revolucionário, empenhando-se em deter a hegemonia tanto nos debates quanto nas ações a serem implementadas no transcurso do pretendido processo revolucionário. O golpe promovido pelos setores conservadores, em 1964, não apenas inviabilizou essa possibilidade, mas, também, ainda que de forma indireta, contribuiu para que aqueles agentes políticos mudassem suas agendas e conteúdos programáticos.

¹⁴ GORENDER, Jacob, op. cit., p. 88.

Repressão política, clandestinidade e exílio

Os defensores do Estado de Exceção, implementado no Brasil a partir do golpe de 1964, não precisaram inovar para justificar o “ato de força” que, mais do que inviabilizar o sonho emancipatório da esquerda brasileira, imprimiu um novo ritmo para a ação governamental, com exacerbada centralização de poder no executivo federal. Eles puderam tomar como referência os variados exemplos dessa natureza, os quais, nos dois últimos séculos, marcaram a história da modernidade ocidental. Como informa Giorgio Agamben, essa opção em termos de gestão da esfera pública teve início no próprio nascedouro do Estado Moderno, durante o processo revolucionário francês. O “Estado de sítio”, instituído na França pelo decreto da Assembleia Constituinte de oito de julho de 1791, adquire fisionomia própria “com a lei do Diretório de 27 de agosto de 1797 e, finalmente, com o decreto napoleônico de 24 de dezembro de 1811”. Desde então, no decorrer dos séculos XIX e XX, a legislação sobre o Estado de sítio tem marcado o ritmo dos momentos de crise institucional entre os franceses¹⁵.

Apesar de tratada como excepcionalidade, essa situação se repetiria com certa frequência ao longo de todo o século vinte, fundamentada em diferentes justificativas. Isso ocorreu em

alguns países beligerantes da Europa, durante a Primeira Guerra Mundial, embora a ampliação dos poderes executivos sobre a esfera do legislativo tenha prosseguido mesmo após o fim dos conflitos¹⁶; se repetiu poucos anos depois nas experiências do nazi-fascismo, e, alastrou-se na América Latina, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, período em que parte expressiva da população de vários países dessa parte do continente, incluindo o Brasil, foi usurpada em seus direitos de cidadania por governos ditatoriais.

Algumas definições acadêmicas para o conceito de “Estado de Sítio”, entendendo-o como “um regime jurídico excepcional a que uma comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de uma situação de perigo para a ordem pública”¹⁷, mesmo que pensadas com objetivos estritamente científicos, dependendo do uso, podem tornar-se instrumentos de justificativa para atos de força com outras finalidades. Até porque, essa aludida “situação de perigo” retira do Estado de Exceção o seu caráter de imposição para justificá-lo como uma necessidade. Nessa mesma linha, os preceitos jurídicos ou normativos que legislam sobre o “Estado de Sítio” objetivando proteger a sociedade contra possíveis intercorrências que possam afetar a normalidade do Estado de Direito, ainda que signifiquem uma prudência necessária, podem funcionar, também, no sentido contrário.

¹⁵ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2004, p. 24-25.

¹⁶ AGAMBEN, Giorgio, op. cit., p. 25-26.

¹⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília – DF, Editora da Universidade de Brasília, 1992, p. 413.

No Brasil, os argumentos apresentados pelos golpistas para justificarem as suas ações parecem confirmar as hipóteses acima levantadas. Ainda no calor dos acontecimentos, em nove de abril de 1964, os Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica tornaram público o Ato Institucional nº 1 – AI-1, cujo teor, além de externar a arrogância dos novos mandatários ao se auto intitularem legítimos intérpretes dos interesses da nação brasileira, justifica o golpe, por eles qualificado como “revolução”, pela necessidade de depor um governo que “deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País”¹⁸ e pela urgente tarefa de “reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria”.¹⁹

Como bem fundamentou Agamben, “o Estado de exceção não é um direito especial (como o direito de guerra), mas, enquanto suspensão da própria ordem jurídica define seu patamar ou seu conceito-limite”, até porque, “a necessidade não reconhece nenhuma lei”.²⁰ Mais do que isso, com os modernos

o estado de necessidade tende a ser incluído na ordem jurídica e a apresentar-se com verdadeiro “estado” da lei. O princípio de que a necessidade define uma situação particular em que a lei perde sua *visobligand*[...] transforma-se naquele em que a sociedade constitui, por assim dizer, o fundamento último e a própria lei.²¹

Sendo assim, para os golpistas brasileiros foi absolutamente lógico ditar “as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País”²². Dentro dessa compreensão, considerou-se irrelevante o fato de que tal atitude significava uma mutilação dos instrumentos normativos do Estado de Direito, ferindo de morte o preceito constitucional da autonomia dos poderes. O argumento justificador orientou-se pela premissa de que o executivo não necessita legitimar-se perante o Congresso Nacional, mas, exatamente o contrário. Por isso, o argumento de que

no interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de 10 (dez) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.²³

¹⁸ Ato Institucional nº 1, 09 de abril de 1964. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>, acesso em 22 de jan. 2013.

¹⁹ Ato Institucional nº 1, op. cit.

²⁰ AGAMBEN, Giorgio, op. cit., p. 15, 40.

²¹ AGAMBEN, Giorgio, op. cit., p. 43.

²² Ato Institucional nº 1, op. cit.

²³ Ato Institucional nº 1, op. cit.

Em que pese a recorrência a esse tipo de argumento como fundamento para o cerceamento do exercício da democracia, “a necessidade, longe de apresentar-se como um dado objetivo, implica claramente um juízo subjetivo”²⁴, razão pela qual é sempre passível de questionamentos por parte daqueles que se sentem afetados. Essa foi exatamente a situação em que se viu envolvida a esquerda brasileira, nos pós-1964. Numa tentativa de reverter o quadro adverso em que se encontrava a população no País, os militantes de variados movimentos organizados - sindicais, estudantis, político-partidários -, resistiram, ao longo de mais de duas décadas de vigência do regime de exceção, utilizando os mais variados recursos como trincheiras de lutas, desde simples reuniões objetivando esclarecer a população sobre os prejuízos causados pelos governos ditatoriais até os contundentes encontros com as forças repressoras do Estado, promovidos por aqueles que imergiram na luta armada.

Historicamente, nas disputas dessa natureza onde estão em jogo projetos de país ou de nação, a correlação de forças entre sociedade civil e Estado autoritário tem sido um bom termômetro balizador para se compreender os caminhos escolhidos. Nesse embate, os variados exemplos dão provas de que a usurpação do poder pela via do Estado de Exceção não se limita aos trâmites administrativos, burocráticos ou jurí-

dicos, embora as questões de natureza normativas funcionem como importantes suportes para o êxito dos seus promotores. Mais do que isso, porém, para alcançar os objetivos pretendidos, torna-se imperativo um efetivo controle do exercício do poder, razão pela qual não há margem para quaisquer questionamentos. Isso, talvez, ajude a compreender a contundência da ação dos governos militares no Brasil contra inimigos ou adversários, independentemente das colorações políticas, não poupando sequer aliados de outrora. O progressivo endurecimento na legislação ditatorial, tendo no Ato Institucional nº 5 - AI-5 o seu ponto de culminância, foi apenas um desdobramento necessário para assegurar a defesa dos interesses dos golpistas ou dos seus representantes. Nessa lógica, não há porque buscar possíveis ambiguidades ou contradições do regime civil-militar ao perseguir políticos de perfis liberais ou até mesmo conservadores, como são exemplos emblemáticos os casos de Jânio Quadros, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. Mesmo tratando-se de ex-Presidentes da República que comandaram governos nada propensos ao socialismo ou comunismo, nos dois primeiros casos, e de um aliado político durante a conspiração e deflagração do golpe; no caso de Lacerda, as divergências em relação ao projeto de país defendido pelo novo governo foram mais do que suficientes para justificar a perseguição.

Essa constatação possibilita deduzir que a repressão política desenca-

²⁴ AGAMBEN, Giorgio, op. cit., p. 46.

deada pelos governos militares não se pautou exclusivamente pelo parâmetro ideológico, sendo igualmente considerados adversários todos aqueles que ousaram divergir das diretrizes estabelecidas. Por outro lado, entretanto, nos variados estudos sobre os perseguidos pelo regime ditatorial, quaisquer que sejam os ângulos de interpretação adotados (estatísticas de presos e torturados; violências físicas e simbólicas; desaparecidos ou assassinados; exílio forçado ou imersão na clandestinidade), fica claro, também, que os integrantes dos variados setores da esquerda brasileira foram, sem dúvida, alvo privilegiado do regime civil-militar. Dão provas disto, os depoimentos contidos nos primeiros livros editados sobre o tema²⁵, que circularam no Brasil quando a abertura política ainda dava os seus primeiros passos, cumprindo importante papel de protesto e de denúncia; os variados textos publicados após a conquista da abertura política, cujos autores, produzindo em um novo contexto de liberdade de expressão e de manifestação do pensamento, tiveram acesso a dados e informações que possibilitaram uma

maior compreensão sobre as atrocidades cometidas pelo regime de exceção, além de aprofundar as análises sobre acertos e erros cometidos pela esquerda brasileira nesse período²⁶; os levantamentos feitos por várias entidades ou comissões, constituídas em nível local, regional ou nacional para apurar denúncias de torturas, desaparecimentos ou assassinatos de pessoas perseguidas pela ditadura.²⁷ Entre essas últimas, cabe destaque o trabalho desenvolvido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, constituída pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Além do exaustivo e minucioso trabalho de localização das vítimas, realizado durante onze anos, cujo relatório intitulado “Direito à memória e à vida” foi publicado em 2007, essa comissão, até setembro de 2012, já havia analisado e julgado 475 processos,²⁸ tornando claro

²⁵ Entre essas publicações, para a elaboração deste artigo foram consultadas as seguintes obras: CALVACANTE, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (coords.) *Memórias do exílio: Brasil, 1964 – 19??*, vol. 1 “De muitos caminhos”. São Paulo, Livramento, 1976 (trata-se de uma produção coletiva, cujos textos foram escritos por militantes da esquerda brasileira, durante o exílio); FON, Antonio Carlos. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo, Global, 1979; *Brasil: nunca mais*. Rio de Janeiro, Vozes, em 1985 (publicação da Arquidiocese de São Paulo, com prefácio do Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns).

²⁶ Diante da vasta gama de publicações dessa natureza, cito, ao longo do texto, apenas os títulos que foram diretamente consultados para este artigo.

²⁷ Dentre os muitos trabalhos desenvolvidos por essas comissões, cito, aqui, dois deles que foram utilizados diretamente neste artigo: Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudo da Violência do Estado - IEVE e Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE, que produziu o “Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964”, publicado em 1995 pela Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, durante o governo de Miguel Arraes; Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos, constituída pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, que publicou em 2007 o detalhado relatório intitulado “Direito à memória e à vida”.

²⁸ Conforme informações noticiadas no sítio oficial do governo federal, “a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos CEMDP, da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), encaminhou no último dia 6 de setembro à Comissão Nacional da

o reconhecimento do Estado brasileiro na prática da perseguição, prisão, tortura e assassinatos dos opositores do regime naquele período.

Os muitos relatos contidos nos variados trabalhos anteriormente citados, evidenciam um forte cerco montado pelas forças repressoras da ditadura civil-militar contra os militantes de esquerda, que passaram a ter seus passos implacavelmente vigiados. Com isso a diáspora que teve início logo após o golpe, ainda em abril de 1964, cresceu na proporção direta do endurecimento do regime, aumentando de maneira significativa o número de exilados dentro e fora do País.²⁹ Uns, apesar dos riscos, optaram por permanecer no Brasil. Nestes casos, as alternativas adotadas foram mudar de nome, de aparência, de hábitos e mergulhar na clandestinidade, deixando de frequentar lugares costumeiros, abandonando postos de trabalho e, em muitos casos, perdendo contatos com amigos e familiares. Outros, sobretudo aqueles mais visados em função da militância em partidos de esquerda ou movimentos sociais, procuraram refúgio fora do País, seja pelas vias diplomáticas, principalmente buscando apoio nas embaixadas

instaladas no Brasil, ou, simplesmente, atravessando clandestinamente as fronteiras dos países vizinhos. Como afirmou com muita propriedade Herbert José de Souza, o Betinho, o golpe é a própria definição do exílio, pois, “quer você esteja dentro ou fora [do país], você está exilado”.³⁰ Essa situação, que se agravou significativamente após a implementação do AI-5, em dezembro de 1968, quando os governos militares intensificaram, ainda mais, as perseguições aos opositores do regime ditatorial, perdurou por longos quinze anos, se alterando apenas com a lei da anistia, aprovada em 1979. Aliás, a rigor, suas marcas atravessaram o tempo e continuam presentes em muitas pessoas, sobretudo, aquelas diretamente afetadas. Recentemente, em janeiro de 2013, Antonio Carlos Fon, jornalista de esquerda que atuou em vários veículos de imprensa da capital paulista, foi convidado pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP para fazer uma visita de inspeção às instalações onde funcionou o DOI-CODI de São Paulo, lugar onde ele e vários outros presos políticos da ditadura foram torturados.³¹ Eis como Fon relatou essa experiência:

Verdade arquivos referente aos 475 processos envolvendo vítimas da ditadura militar, julgados no âmbito da Comissão”. Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/>>, acesso em 07 de fev. 2013.

²⁹ Tomo de empréstimo as reflexões de Herbert José de Souza, o Betinho, ao considerar que muitas pessoas perseguidas pela ditadura, mesmo permanecendo no interior do País, comportaram-se efetivamente como exiladas, posto que, mergulhadas na clandestinidade, perderam a condição de cidadãs brasileiras, sem sequer poder assumir as suas identidades. In: CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (orgs.), op. cit., p. 79.

³⁰ CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (orgs.), op. cit., p. 79.

³¹ Segundo a OAB-SP, o convite feito ao Fon para essa visita tinha como objetivo apurar denúncias de que o prédio do antigo DOI-CODI estaria tendo a sua estrutura modificada objetivando apagar esse tipo de memória. Sobre os resultados da visita, nas palavras do próprio Fon, ali “foram e estão sendo feitas mudanças para descaracterizar o que foi o maior centro de torturas já instalado neste país”. Conforme, FON, Antonio Carlos. “Morri um pouco hoje: a visita de Fon ao DOI-COD”. Disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/clipping/>>, acesso em 01 de fev. 2013.

Desde o dia 16 de outubro de 1969, quando deixamos a Operação Bandeirantes, algemados uns aos outros [...], nunca mais eu havia colocado os pés sequer no pátio do 36º Distrito Policial, em cujos fundos funcionava a Oban. [...] Dizem que, como num filme, a vida inteira passa por nossos olhos na hora de morrer. Se for verdade, eu morri um pouco hoje. Apesar de todas as obras e mudanças feitas, quando cheguei na porta da edícula onde funcionava a Oban, todas as imagens daqueles 17 dias no inferno desfilaram pela minha cabeça [...]. As lembranças de 43 anos atrás devem ter feito minha pressão arterial chegar a 18 ou 19. Tive de sentar nas escadas para recuperar o fôlego. Não entrei na área onde ficavam as celas – a carga emocional do dia já era bastante pesada e as pessoas estavam preocupadas com minha reação. E confesso que eu também estava. Enfim, companheiros, saí com a impressão de que nós e nossos companheiros continuamos a ser torturados. E que as Forças Armadas precisam decidir se vão continuar, por puro espírito de corpo, a defender e procurar encobrir os crimes desses criminosos ou vão renegá-los para ajudar a construir o Brasil que todos nós queremos.³²

Difundido pelas redes sociais da internet, o depoimento de Fon gerou vários comentários, inclusive de outras pessoas que também passaram pelas salas de tortura. Dentre elas, Claudio Ribeiro fez a seguinte observação:

Fon, já passei várias vezes em frente ao prédio.[...]. Nunca tive coragem de en-

trar. Seu relato me emociona. Eu ainda prefiro ficar longe. Podem me chamar do que quiserem, mas a memória de muitas coisas é extremamente delicada. [...] Eu depus na Comissão da Verdade. Recusei-me terminantemente a fazer relato sobre o que passei porque isso não me faz bem [...]. A minha via sacra durou 71 dias. Não quero lembrá-los. Não tenho coragem para isso.³³

Esse mesmo sentimento externado por Fon e Claudio Ribeiro, foi revivido por vários outros antigos militantes de esquerda perseguidos pela ditadura civil-militar, quando do julgamento dos seus processos de reparação pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Em uma de suas sessões, instalada na Universidade Federal de Uberlândia, em maio de 2009, os depoimentos emocionados das pessoas vitimadas pelo sistema, ou dos seus familiares, quando convidados pela Comissão para se manifestar, comoveu uma plateia composta majoritariamente por professores e estudantes universitários. Dentre os depoentes, a artista plástica e historiadora, Marina Vieira da Paz, na época com 64 anos de idade, lembrou do ocorrido com ela e demais membros da sua família. Os 38 anos que se passaram desde o seu sequestro, seguido de prisão e tortura não foram suficientes para apagar da sua memória, as marcas do sofrimento.

³³ Depoimento de Claudio Ribeiro. Disponível em: <http://www.facebook.com/home.php?clk_loc=5>, acesso em 01 de fev. 2013.

³² FON, Antonio Carlos, op. cit.

Segundo ela, os hematomas do corpo foram sumindo com o passar do tempo, mas as lembranças

são sequelas que ficam para sempre. Delas não tenho como me livrar. Até que gostaria de sofrer uma amnésia. Ainda tenho algumas sequelas físicas, mas para mim a democracia não tem limites. Não sei nem definir a democracia como a vejo. Ela não tem fronteira, ela não tem medo, ela sempre avança. [...]. Eu queria que os jovens soubessem do preço que foi pago pela democracia. Nada nos foi dado de mão beijada. Tudo foi conquistado a preço de sangue e de muitas vidas. A juventude precisa cuidar da democracia, que é a maior riqueza desse País. É ela que permite, por exemplo, elegermos um operário para a presidência da República. É necessário valorizar a liberdade que temos.³⁴

Todos esses depoimentos, que se somam a tantos outros que foram e continuam sendo prestados pelas vítimas da ditadura no Brasil, são de extrema relevância para se conhecer cada vez mais e melhor esse período tão sombrio da história do País. Por isso mesmo, como bem sintetizou Augusto Boal,

não só hoje, mas todos os dias, devemos lembrar desses covardes assassinos, cometidos pela subversiva ditadura cívico-militar que, durante tantos anos, torturou e assassinou tantos patriotas empenhados apenas em restaurar a democracia violada, dita-

dura que concentrou riquezas e distribuiu misérias. Temos que acreditar na Pedagogia da Memória, não como vingança, mas porque só através do estudo do passado poderemos entender o presente, e preparar o futuro.³⁵

O retorno dos rebeldes: novos rumos, outras perspectivas

A partir da segunda metade do ano de 1979, o Brasil e o mundo pode acompanhar pelas imagens televisivas e pelos noticiários dos diferentes meios de comunicação, que a luta em defesa da anistia para os perseguidos políticos pela ditadura, instalada no Brasil a partir de 1964, apresentava os primeiros resultados concretos. Pouco a pouco, os presos políticos encarcerados nos variados estados brasileiros iam sendo libertados, os exilados no exterior, após terem autorizados os seus passaportes, reingressavam no País e as pessoas que submergiram na clandestinidade, mesmo permanecendo em terras brasileiras, voltavam a assumir as suas próprias identidades.

Nos anos seguintes, especialmente na primeira metade da década de 1980, com o fortalecimento da sociedade civil brasileira e com a eclosão de variadas formas de organização e lutas em defesa da democracia, muitos direitos de cidadania foram resgatados. A reinserção dos perseguidos políticos pela ditadura

³⁴ *Correio de Uberlândia*, 17 de mai. 2009.

³⁵ POMAR, Pedro. "A pedagogia da memória e o Massacre da Lapa". In: RevistaForum.com.br, 08 de fev. 2012. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>>, acesso em 22 de jan. 2013.

civil-militar na sociedade brasileira tornava-se realidade.

Uma análise dos acontecimentos que tiveram lugar no Brasil a partir desse período, com destaque para a retomada do pluripartidarismo, em 1985, permite identificar que a participação na esfera política, com atuação partidária e ocupação de postos nos legislativos ou executivos, foi a opção de muitos daqueles integrantes da esquerda brasileira perseguidos pela ditadura civil-militar. Desde então, nomes, como os de Miguel Arraes, Leonel Brizola, José Dirceu, Fernando Gabeira, Vladimir Palmeira, Apolônio de Carvalho, entre tantos outros, tornaram-se figuras de expressividade no cenário político brasileiro ao longo das duas últimas décadas. Em levantamento feito por Maria Celina D'Araujo, ficou constatado que, apenas no executivo federal, de 1985 a 2010, portanto, compreendendo os governos de José Sarney, Fernando Collor de Melo, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva, 55 ministérios e 64 cargos de direção, assessoramento ou de natureza especial foram ocupados por pessoas que figuraram como presos, exilados políticos, anistiados ou que tiveram participação em organizações clandestinas durante a vigência da ditadura.³⁶

³⁶ D'ARAUJO, Maria Celina. *Os ministros da Nova República: Notas para entender a democratização do Poder Executivo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), p. 17. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6745>>, acesso em 07 ag. 2012.

A postura adotada por esses agentes nos espaços políticos institucionais dos quais tomaram parte, nestas duas últimas décadas e meia nas quais o Brasil tem experimentado uma nova fase de estabilidade institucional indicam, com raras exceções, um grande distanciamento em relação às teses, concepções ou ideologias defendidas antes do golpe de 1964. As clássicas teses da revolução sangrenta, condição necessária para implantar a ditadura do proletariado, foram cedendo espaço para a defesa do socialismo democrático, para alguns, ou, até mesmo, para a aceitação de um capitalismo mais humano ou mais democrático, para outros. A convicção sobre a necessidade de adoção de meios violentos para tomada do aparelho de estado, condição entendida como indispensável para promover a transformação social, foi substituída pela defesa de reformas que avancem na melhoria das condições de vida. Antes, a luta armada; agora, as ações institucionais. Outrora, a revolução para colocar fim ao sistema capitalista, à propriedade privada, às diferenças de classe; agora, a garantia dos direitos de cidadania, empregabilidade, controle inflacionário, melhor distribuição de renda e o combate à fome e à pobreza.

São muitos os fatores que ajudam a compreender essas mudanças processadas na esquerda brasileira perseguida pelo regime ditatorial. Os (des)caminhos trilhados pelo socialismo real; as reeleições ou revisões promovidas pelos partidos ou correntes de pensamento

internacionalmente organizados, dos quais muitos desses sujeitos faziam parte; os redimensionamentos promovidos pelo próprio sistema capitalista. Entretanto, as experiências vivenciadas pelos exilados em contato com variadas realidades de outros países, repassada para os que permaneceram em terras brasileiras, seja durante o período do exílio, ou, após o retorno, parecem ter sido fatores determinantes. Nesses contatos, a empolgação com os temas que tratavam da revolução foram cedendo espaço para os debates sobre a democracia. Segundo Rollemberg, a conjuntura dos anos 70, na Europa, colocou os exilados brasileiros que para lá se dirigiram

em contato com universos e referências que ampliavam enormemente as perspectivas políticas e a visão de mundo. Temáticas até então desvalorizadas pela esquerda brasileira – e mesmo ausente nela – vieram para o centro da discussão. As descobertas pareciam sem fim no Velho Mundo”.³⁷

Ou seja, o contato direto com movimentos culturais e sociais, que eclodiram na Europa a partir de maio de 1968, contribuiu para uma revisão das leituras focadas na centralidade do trabalho, em especial, aquelas de caráter economicista que fetichizavam as rela-

ções de produção, entendendo que por meio delas tudo poderia ser explicado ou compreendido. Com essa abertura de horizontes, o cotidiano é descoberto e as ações ali desencadeadas, antes entendidas como mero suportes para reprodução das relações de produção, passam a ser valorizadas e politizadas. Some-se, a isso, certo desencantamento com o socialismo real, expresso pelas críticas ao Stalinismo e seus corolários, ou, pelas próprias limitações daquele sistema em colocar em prática as teses defendidas. Tudo isso, foi presenciado *in loco* por parte daqueles que, forçados a abandonar o Brasil, escolheram esses países para instalar suas novas moradias. Aos poucos, por pressão das mulheres que participavam ativamente das discussões políticas “temas como sexualidade, contracepção, trabalho feminino, maternidade e aborto foram incorporados ao debate”.³⁸ Portanto,

o convívio forçado numa realidade social onde os privilégios de classe eram minimizados, onde não era comum ter empregada doméstica, e o contato com mulheres que se rebelavam e se mobilizavam coletivamente em oposição a problemáticas encaradas pelas brasileiras como naturais e nunca discutidas, foi extremamente importante para o reconhecimento da questão da opressão da mulher como objeto de luta política.³⁹

³⁷ ROLLEMBERG, Denise. “Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru – SP, EDUSC, 2004, p. 289.

³⁸ BASTOS, Natalia de Souza. “O círculo de mulheres brasileiras em Paris: uma experiência feminista no exílio”. In: Usos do Passado - XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006, p. 02.

³⁹ BASTOS, Natalia de Souza, op. cit. p. 02.

Nesse sentido, “o exílio, que a princípio foi derrota, perda, eliminação, afastamento, abriu outros horizontes para as esquerdas, colocando-as em contatos com realidades as mais diversas”.⁴⁰ Por isso, “o exílio brasileiro foi, simultaneamente, a eliminação, o afastamento das gerações 1964 e 1968 e a sua sobrevivência, o lugar da liberdade de pensamento e crítica, de aprendizado e enriquecimento, o lugar da transformação e da **metamorfose**, a negação da negação”.⁴¹ Luis Roniger, em estudo voltado para os exilados latino-americanos, também constatou os impactos dessa experiência na reformulação de suas perspectivas de vida. Para esse autor, “el exilio há forzado a los desterrados a repensar compromissos políticos e identidades, visiones colectivas y prácticas institucionales”.⁴² Trata-se, portanto, de

Uma experiencia traumática de violación de los derechos humanos que plantea retos personales y colectivos. El destierro impulsa nuevas experiencias, genera nuevas ideas y permite comprender desde nuevos ángulos la política y las funciones sociales, incluyendo los roles de pareja, género y familia. A menudo los residentes em el exilio problematizan y amplían sus perspectivas de identidad y desarrollo personal así como su entendimiento de

la relación entre lo nacional, lo transnacional y lo universal.⁴³

Corroborando essa visão, ao analisar algumas publicações organizadas por brasileiros em diferentes países, Barcelos e Ribeiro, constataram

o impacto do contato com diferentes culturas para a expansão da visão de mundo e para a atualização dos projetos políticos entre a colônia de exilados. Isto pode ser observado por meio da incorporação de questões pouco valorizadas na pauta de discussões da esquerda brasileira, como o feminismo, a questão racial, o respeito ao homossexualismo e a proteção ao meio ambiente.⁴⁴

Ainda, segunda as autoras, nas publicações voltadas para as questões culturais, em especial nos últimos anos do exílio, ficam nítidas as “contribuições fornecidas pelo contato com a cultura estrangeira para a atualização da esquerda brasileira”. Os textos ali reunidos abordam

questões relacionadas aos antigos tabus brasileiros, como o papel social da mulher, a sexualidade e preconceitos raciais. O que se buscava, naquele momento, era reforçar a luta pela reinser-

⁴⁰ ROLLEMBERG, Denise, op. cit., p. 11.

⁴¹ ROLLEMBERG, Denise, op. cit., p. 13.

⁴² RONIGER, Luis. “El exilio y su impacto em la reformulación de perspectivas identitarias, políticas e institucionales”. Costa Rica, *Rev. Ciencias Sociales Universidad de Costa Rica*, 125: 83-101, 2009, p. 84.

⁴³ RONIGER, Luis, op. cit., p. 90.

⁴⁴ BARCELOS, Thatiana Amaral de e RIBEIRO, Ana Paula Goulart. “*Militantes e jornalistas: A imprensa editada por exilados políticos brasileiros*”. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Rio de Janeiro – 7 a 9 de maio de 2009, p. 12.

ção social de grupos tradicionalmente discriminados e pelas exigências no âmbito econômico”.⁴⁵

Outro aspecto destacado nas análises de Barcelos e Ribeiro diz respeito ao fato de que as exiladas que participaram do Círculo de Mulheres Brasileiras, fundado em Paris entre 1975 e 1976, adquiriram um novo significado para a militância política:

elas buscaram unir o público e o privado; tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo; considerar e politizar as emoções, sentimentos, relações pessoais e laços familiares; problematizar as transformações do cotidiano e as questões domésticas; falar de amor e de sexo, de dor, de traumas e frustrações, de alegria, esperança e projetos individuais, valorizando a troca de experiências pessoais e a interação entre as participantes⁴⁶.

No caso dos operários brasileiros perseguidos pela ditadura civil-militar, aqueles que se dirigiram para a Europa fundaram o Grupo de Apoio à Oposição Sindical (GAOS), unindo, além da Oposição Sindical proveniente do Brasil, várias organizações sindicais europeias e americanas. Com sede em Paris, o GAOS se tornou um espaço fértil de debates, interlocução e aprendizagem política. Muitos temas ali debatidos tiveram influência direta nas teses e ações

que esses militantes adotariam no Brasil, após o retorno, como a criação do Partido dos Trabalhadores e, logo depois, a fundação da Central Única dos Trabalhadores.⁴⁷ Segundo Nascimento, o contato desses trabalhadores com essas várias experiências,

como a própria CFDT [Confederação Francesa Democrática do Trabalho] após maio de 1968, a revolução argelina, a Revolução dos Cravos em Portugal, o “outono caldo” dos trabalhadores italianos, as lutas dos trabalhadores nos países do Leste europeu, levaram estes companheiros, uns mais outros menos, a uma compreensão muito rica do projeto da autogestão socialista. Este era um eixo comum: as experiências desenvolvidas na volta ao Brasil, junto com os que por aqui ficaram, reconstruindo no dia-a-dia o movimento operário-sindical e popular.⁴⁸

Os depoimentos de Herberto José de Souza, o Betinho, sobre as perseguições sofridas por ele durante o período da ditadura civil-militar, no Brasil, e sobre as experiências adquiridas no exílio e na clandestinidade, dentro e fora do País, também são bastante reveladores. Em 1970, Betinho, embora tivesse retornado ao Brasil após o seu primeiro exílio, foi obrigado a permanecer na clandestinidade em função da implacá-

⁴⁵ BARCELOS, Thatiana Amaral de e RIBEIRO, Ana Paula Goulart, op. cit., p. 09-10.

⁴⁶ BARCELOS, Thatiana Amaral de e RIBEIRO, Ana Paula Goulart, op. cit., p. 05.

⁴⁷ NASCIMENTO, Cláudio. “GAOS. 1ª Parte: a Oposição Sindical no exílio; GAOS. 2ª Parte: da “volta às fábricas” ao exílio; GAOS. 3ª parte: o apoio da CFDT aos dois encontros no exílio; GAOS. 4ª Parte: documentos raríssimos”. Passa Palavra, 30 de Maio e 20 de Junho de 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info>>, acesso em 08 de nov. 2011.

⁴⁸ NASCIMENTO, Cláudio, op. cit.

vel perseguição dos governos militares. Segundo ele, essa situação forçava-o a perder vinculação com a realidade concreta, além do risco permanente de ser preso. Por isso, ele começou a

pensar sobre o que seria mais importante, ter um cara vivo podendo trabalhar, ou ter um cara morto por quase nada. Isso corresponde a uma tomada de consciência de que era necessária uma revisão completa de tudo [...]. Foi então que tomei a decisão [...] de sair [...]. Desta vez para o Chile.⁴⁹

Dando prosseguimento ao seu relato, Betinho avalia que, embora tenha sido um “parto prolongado e doloroso” romper com as convicções políticas que carregava, a sua ida para o Chile, ainda que nessas circunstâncias, possibilitou-lhe melhorar a capacidade de análise, compreendendo com maior clareza os erros cometidos no Brasil e facilitando o processo de desdogmatização.⁵⁰ Em suas palavras, “comecei a rever o Brasil com muito mais realismo [...], passei a interpretar a própria desintegração, atomização e dispersão dos chamados movimentos revolucionários”.⁵¹ Na visão de Betinho, o exílio funcionou para a intelectualidade brasileira como uma espécie de vestibular, possibilitando “compreender as realidades continentais, latino-americanas, internacionais

[...]. O exílio vai abrindo os caminhos para a percepção de um entendimento internacionalista e que tem reflexo imediato sobre a compreensão do Brasil”.⁵²

Afonso Lana, ex-integrante dos Grupos Colina e, depois, VPR, preso pela ditadura em Belo Horizonte, por sua atuação no movimento estudantil, afirma que durante as discussões realizadas na prisão ele e seus companheiros formularam “uma crítica sobre a nossa própria prática política anterior, mas, sem questionar ainda a questão da luta armada como elemento fundamental de transformação social”. No exílio, na Alemanha Oriental, entretanto, Afonso afirma que “rompeu com a VPR por discordância política, pois esta organização, assim como ALN, insistia em manter a mesma prática política anterior”. Além disso, “após um contato mais direto com a realidade desse país [Alemanha Oriental], fui assumindo gradativamente uma posição mais crítica em relação ao socialismo real e muito crítica também ao próprio PCB”. De volta ao Brasil, em 1982, ainda se manteve durante algum tempo filiado ao PCB, “apesar das críticas que tinha contra as ditaduras existentes nos antigos regimes do Leste Europeu”. Logo depois, “com a formação do PPS pelo antigo PCB, rompi definitivamente com este partido e ingressei no PT, mas não mantive a mesma militância de ‘tempo exclusivo’ dos tempos anteriores”.⁵³

⁴⁹ CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino, op. cit., p. 90.

⁵⁰ CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino, op. cit., p. 91 e 98.

⁵¹ CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino, op. cit., p. 99.

⁵² CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino, op. cit., p. 109.

⁵³ Afonso Celso Lana Leite, ex-militante da CO-

Os vários exemplos anteriormente referidos dão provas de que muitas das concepções ou propostas políticas defendidas antes do golpe de 1964 pela esquerda brasileira, perseguida pela ditadura civil-militar, foram ressignificadas, ou, até mesmo deixadas de lado. Ao retornarem do exílio ou saírem da clandestinidade, resgatando seus direitos de cidadania década e meia depois de uma ausência forçada, esses sujeitos trouxeram na bagagem aprendizagens políticas, extraídas das experiências vivenciadas no exílio ou na clandestinidade, que contribuíram para ressignificar concepções e ideologias cultivadas antes do golpe de 1964. Ou seja, as adversidades enfrentadas nas experiências recentes foram, para muitos, definidoras nas opções de vida desses sujeitos, tanto na reinserção na sociedade brasileira quanto no que diz respeito ao engajamento em projetos para o País. Entretanto, essas mudanças não permitem deduzir que tenha ocorrido, ao menos de forma generalizada, uma ruptura com a perspectiva de emancipação dos trabalhadores, como aparece em algumas críticas, sobretudo, daqueles que se mantiveram fiéis às concepções anteriores. Elas expressam, também, amadurecimento político que possibilitou releituras em termos de concepções que descortinaram novos horizontes de ação para se alcançar tais objetivos. Por outro lado, para expres-

sivo número desses sujeitos, é fato que esse sonho foi se distanciando das suas formas de ação na proporção direta em que passaram a ocupar cargos de destaque nas instâncias formais do poder instituído, nos últimos vinte e cinco anos de normalidade democrática, no País. Mas, esse é um assunto par ser trabalhado em outro momento.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BARCELOS, T. A.; RIBEIRO, A. P. G. Militantes e jornalistas: a imprensa editada por exilados políticos brasileiros. In: XIV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE - INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, 2009, Rio de Janeiro. *Anais*, Rio de Janeiro, 7 a 9 de maio de 2009.

BASTOS, N. S. O círculo de mulheres brasileiras em Paris: uma experiência feminista no exílio. In: USOS DO PASADO - XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH, 2006, Rio de Janeiro. *Anais*, Rio de Janeiro, 2006.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília – DF: Editora da Universidade de Brasília, 1992.

LINA, atualmente é professor da Universidade Federal de Uberlândia. Depoimento concedido ao autor em 13 de ag. 2012.

CAVALCANTE, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (coord.) *Memórias do exílio: brasil, 1964 – 19??*, vol. 1 “De muitos caminhos”. São Paulo, Livramento, 1976.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Os ministros da Nova República: notas para entender a democratização do Poder Executivo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), 2009. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6745>>, acesso em 07 ag. 2012.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1987, 3. ed.

POMAR, Pedro. *A pedagogia da memória e o Massacre da Lapa*. RevistaForum.com.br, São Paulo, 08 de fev. 2012. Disponível em: <<http://revistaforum.com.br/blog/2012/02/a-pedagogia-da-memoria-e-o-massacre-da-lapa-2/>>, acesso em 07 ag. 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROLLEMBERG, Denise. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru – SP: EDUSC, 2004.

RONIGER, Luis. El exilio y su impacto en la reformulación de perspectivas identitarias, políticas e institucionales. *Rev. Ciencias Sociales Universidad de Costa Rica*, Costa Rica, nº 125, p. 83-101, 2009.